

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O aqueduto de Santa Clara, situado nos concelhos da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, foi concluído em 1714 e está classificado como monumento nacional pelo decreto de 16 de junho de 1910.

O monumento nacional, é o segundo mais extenso de Portugal, construído com o objetivo de transportar águas desde a nascente, em Terroso, ao Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, através da sua arcatura. O aqueduto que sai do convento de Santa Clara, em Vila do Conde, e se prolonga, pelo município da Póvoa de Varzim, com uma extensão de 6 km sobre os seus 999 arcos.

Nos últimos anos o aqueduto tem sofrido algumas obras de melhoria por parte da autarquia da Póvoa de Varzim, como por exemplo entre a Rua das Mós e a Rua António Santa Clara, mas aquém das intervenções necessárias para a sua conservação. A degradação natural que decorre da antiguidade do edificado, acontece que se tem assistido ao longo dos anos à construção de variadíssimas estruturas clandestinas junto e no próprio aqueduto, que parecem não respeitar a legislação sobre a protecção e valorização do património nacional.

Em 2017, o ministério da cultura, em resposta a uma pergunta do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda (pergunta nº 4745/XIII/2ª de 14 de julho de 2017), afirmava que tinha sido efetuado um estudo com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e Câmara Municipal da Póvoa de Varzim para a aplicação de um plano de intervenção que se salvaguarda o aqueduto.

Acontece que as construções junto ao aqueduto não param, recentemente chegou ao conhecimento do nosso grupo parlamentar da construção de um muro em blocos de cimento, junto ao Largo de Mauverde e com seguimento na rua do Aqueduto, na localidade de Beiriz, Póvoa de Varzim. Esta construção descaracteriza por completo a estrutura do monumento nacional e viola o artigo 37.º do decreto-lei n.º 309/2009.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento da intervenção ocorrida junto ao aqueduto de Santa Clara no largo de Mauverde e na rua do Aqueduto, em Beiriz?
2. Houve algum pedido de autorização para a realização da obra entregue na Direção – Geral do Património? Se sim, qual o fundamento para a autorização da obra?
3. Tratando-se de um monumento nacional, tem o Governo algum plano para a sua recuperação e valorização?
4. O Governo tem conhecimento das construções ilegais que têm vindo a ser construídas, há décadas, à volta e no aqueduto? Se sim, promoveu alguma ação corretiva?

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)